



## CPI marca depoimento de Cachoeira para 15 de maio

O relator, deputado Odair Cunha, apresentou ontem o plano de trabalho da comissão mista, propondo que inicialmente sejam ouvidos os procuradores e delegados responsáveis pelas operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal. Demóstenes Torres deve ser ouvido dia 31



Vital do Rêgo (D), ao lado de Odair, diz ter recebido do STF cópia de inteiro teor da Operação Vegas, mas não da Monte Carlo

Para a próxima terça-feira foi marcado o depoimento do delegado Raul Alexandre Marques, responsável pela investigação da Operação Vegas. Dois dias depois serão ouvidos o delegado Matheus Rodrigues e os procuradores Daniel Salgado e Léa Batista de Oliveira, da Operação Monte Carlo. Diversos acusados de integrarem a organização de Carlinhos Cachoeira serão ouvidos em 22 e 24 de maio. No dia 29, serão ouvidos um dos diretores da construtora Delta e outros empresários. **4 e 5**

**Suspensa análise de projeto sobre agrotóxico ilegal 8**

**CPI da Violência contra a Mulher vai a Santa Catarina 5**

**Relator da LDO prevê 7% de reajuste do salário mínimo 6**

### Venda de álcool nos estádios em jogos da Copa gera nova polêmica

Em audiência, procurador critica Câmara dos Deputados por delegar aos estados a decisão sobre liberação de bebidas. **7**

José Antônio Cançado, Cyro Miranda e Rubem Peixoto Alexandre na Comissão de Educação, Cultura e Esporte



### Novo sistema de previdência para servidor federal já é lei 2

Prazo de recurso para o Concurso do Senado termina hoje 2

Pablo Valadares/Agência Senado



Nelson Nagamine, Ricardo Rocha, Vicentinho Alves, Humberto Silveira e Gustavo Albrecht (D) em audiência na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil

### Construtores experimentais de aeronaves pedem apoio público

O setor de construção amadora e experimental de aeronaves no Brasil precisa de mais incentivos do poder público, melhor fiscalização e menos burocracia, disseram participantes de debate em subcomissão. **3**

Jonas Pereira/Agência Senado

Valor respeitará o teto do Regime Geral da Previdência Social para quem ingressar no serviço público federal após a criação da primeira entidade de previdência privada do Executivo, Legislativo e Judiciário

# Nova aposentadoria para servidores já vale como lei

FOI PUBLICADA NO *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 12.618/12, que institui a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). A norma, aprovada em março pelo Senado, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff na segunda-feira, dia 30.

De acordo com as regras, novos servidores federais não terão mais a garantia de aposentadoria integral com valores acima do teto do Regime Geral da Previdência Social, que é de R\$ 3.916,20. O fim dessa garantia vale para quem ingressar no serviço público federal a partir da criação da primeira das três entidades fechadas de previdência privada previstas na lei — uma para cada Poder da República: Executivo, Legislativo e Judiciário.

São elas a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

A criação das entidades deve ocorrer até 180 dias após a publicação da lei no *Diário Oficial da União*. As fundações serão administradas de forma compartilhada entre representantes dos servidores e do Poder a que se referem, compondo os conselhos deliberativo e fiscal.

## Limite do desconto

A adoção do novo regime previdenciário será obrigatória para servidores que ingressarem no serviço público a partir do início de funcionamento de cada uma das novas entidades, mas a adesão às entidades de previdência complementar será opcional.

Do novo servidor serão descontados no contracheque 11% até o limite de R\$ 3.916,20. Esse será o teto para a contribuição e para a aposentadoria ou pensão — semelhante ao modelo já adotado para trabalhadores da iniciativa privada, abrigados no Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Quem ganha acima desse valor e quer aposentadoria ou pensão correspondente à sua remuneração deverá contribuir para o fundo de pensão do Poder para o qual trabalha. Haverá uma contrapartida do empregador — seja Executivo,

Legislativo ou Judiciário, no mesmo percentual do empregado. A contrapartida do empregador, no entanto, será limitada a 8,5% do valor do salário que exceder os R\$ 3.916,20.

Quem ganhar menos do que R\$ 3.916,20 poderá contribuir para o fundo e, assim, conquistar o direito a previdência complementar, mas sem a contrapartida da União.

## Servidores atuais

Os atuais servidores e aqueles que ingressaram no serviço público até o dia anterior à entrada em vigor do novo regime também poderão optar por ele, se for de seu interesse. Para isso, terão prazo de 24 meses para se decidir. A migração para o novo modelo, porém, será irrevogável.

Em compensação, os que migrarem terão direito a receber, quando se aposentarem, uma parcela referente ao período em que contribuíram pelo antigo regime previdenciário. Denominada de benefício especial, essa parcela equivalerá à diferença entre a remuneração média do servidor e o teto do RGPS, calculada proporcionalmente

ao tempo de contribuição que ele tem no regime previdenciário da União.

A presidente Dilma vetou dois artigos que se referem à organização dos fundos previdenciários: o que previa que dois dos quatro integrantes da diretoria de cada fundo fossem eleitos diretamente pelos participantes e o que previa mandato de quatro anos para esses dirigentes eleitos.

A lei prevê que os quatro dirigentes sejam indicados pelo conselho deliberativo de cada fundo, composto por seis pessoas, que serão designadas pelos presidentes de cada Poder — a presidente da República, no caso do Executivo; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), no caso do fundo do Judiciário; e, por ato conjunto dos presidentes da Câmara e do Senado, no caso do fundo do Legislativo.

Dilma também vetou artigo que determinava autorização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para aprovação do estatuto do Funpresp-Jud, adesão de novos patrocinadores e instituição de planos do Judiciário. Pela versão sancionada, tal exigência cabe apenas ao STF.



Servidores da Receita Federal poderão aderir à Funpresp do Poder Executivo

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>

### PLENÁRIO: Duas MPs na pauta

14h A Medida Provisória 552/11, que reduz a zero as contribuições do PIS-Pasep incidentes sobre importações, e a MP 553/11, que destina recursos para os ministérios da Ciência e Tecnologia, da Defesa e da Integração Nacional, continuam trancando a pauta.

### CMA: Energia sustentável

8h30 O tema "O uso sustentável da energia" será debatido, pela Comissão de Meio Ambiente, em audiência pública que faz parte do ciclo de debates sobre os assuntos a serem tratados na Rio+20. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann, é um dos convidados.

### CRA: Benefícios sociais à mulher chefe de família

8h30 Na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, proposta que altera a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) para determinar que os benefícios nela previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar.

### CDH: Locais de internação para dependentes químicos

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater as condições dos locais de internação dos dependentes de drogas. Foi convidado o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, entre outros.

### CONSELHO DE ÉTICA: Defesa prévia de Demóstenes Torres

9h30 Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado para leitura do relatório preliminar referente à defesa prévia apresentada pelo senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

### CRE: Análise de indicações de novos embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se para examinar indicações para embaixadas brasileiras em Botswana, Eslováquia, Nicarágua e Noruega, esta última cumulativamente com a Islândia. Também na pauta projeto que aprova o texto do acordo entre o Brasil e a ONU para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no período de 13 a 22 de junho deste ano.

### CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS: Exame de requerimentos

10h30 Reunião da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil para apreciação de requerimentos.

### CDR: Fundo para o Entorno do DF

11h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa, entre outros, projeto que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal. A comissão também escolhe seu vice-presidente.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Candidato a servidor do Senado tem até hoje para interpor recurso

Os participantes do concurso do Senado que discordam dos resultados preliminares das provas discursivas para os cargos de analista, técnico e policial legislativos têm até as 23h59 de hoje para apresentar recurso. O período para recorrer começou ontem e a interposição deve ser feita por meio de formulário disponível na página [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/).

Após a análise dos recursos, haverá a perícia médica dos candidatos que concorrem às vagas destinadas a pessoas com deficiência e também a homologação dos resultados.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela realização do concurso, divulgou o resultado provisório das provas discursivas para cargos de analista, técnico

e policial legislativos na segunda-feira.

Os resultados das provas para analista nas áreas de Análise de Sistemas, de Suporte de Análise de Sistemas e de Enfermagem, que foram canceladas e aplicadas novamente, devem ser divulgados no dia 18. Os candidatos a consultor legislativo realizaram a prova discursiva no último fim de semana, como outra etapa do concurso, e a previsão é de que o resultado seja divulgado no dia 28.

No total, 157.939 candidatos se inscreveram no concurso, que oferece 246 vagas. As oportunidades são para nível médio e superior, com remuneração de R\$ 13.833,64 (técnico e policial), R\$ 18.440,64 (analista) e R\$ 23.826,57 (consultor).



Para o senador, calçadas do país não são adequadas para deficientes

## Casildo: candidato a prefeito deve olhar mobilidade urbana

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que os candidatos a prefeito devem incluir estratégias eficazes de mobilidade urbana em suas plataformas de ação. Ele lembrou que o conceito de mobilidade urbana abrange transporte coletivo de qualidade, engenharia de tráfego eficiente e acessibilidade para pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência.

— É indispensável que os futuros administradores municipais se preocupem genuinamente com a questão, pois a realidade está muito distante do que desejamos.

O senador citou um levantamento do portal Mobilize que avaliou o estado de calçadas de 12 capitais, usando critérios como piso, iluminação, presença de rampas para cadeirantes e existência de obstáculos. Em valores de zero a dez, só duas cidades ficaram acima de sete.

De acordo com Casildo, a constatação da equipe responsável pelo levantamento foi que a maior parte das ruas avaliadas precisa de melhorias e correções.

— Se essa situação é alarmante para o dito cidadão comum, quais são os reflexos para o portador de necessidades especiais? No Brasil, acredita-se que tenhamos 24,5 milhões de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência permanente.

Para Casildo, é imperioso garantir a liberdade de ir e vir prevista na Constituição.

— O portador de deficiência não pode ser submetido à ultrajante situação de ver-se impedido de circular livremente pela ausência de uma simples rampa.

Aeronaves são usadas em esportes e lazer e ajudam no desenvolvimento de tecnologias; nesse setor, Brasil fica atrás só dos EUA e da França

# Entidades pedem apoio do governo à aviação experimental e amadora

O SETOR DA construção amadora e experimental de aeronaves no Brasil precisa de mais apoio das autoridades, melhor fiscalização e menos burocracia.

Essas foram algumas das sugestões apresentadas pelos participantes da audiência pública realizada ontem pela Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil (da Comissão de Serviços de Infraestrutura) — a quinta reunião do ciclo de audiências públicas que a subcomissão vem realizando desde o início

do ano para subsidiar o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas para a aviação civil.

O presidente da subcomissão, Vicentinho Alves (PR-TO), afirmou que a aviação experimental e amadora é “a mola mestra da emoção de voar”, pois sempre contribuiu para o avanço da aviação.

Ele afirmou que o crescimento e o desenvolvimento desse setor são de interesse nacional e defendeu mais incentivos públicos para a área e melhorias na regulação

e na fiscalização.

O diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Ricardo Chaves de Melo Rocha, fez um apanhado histórico da legislação aeronáutica brasileira, desde a publicação do Código Brasileiro de Aeronáutica (1986), passando pelas criações do Ministério da Defesa (1999), do Conselho de Aviação Civil (2000), da Agência Nacional de Aviação Civil (2005) e da Secretaria de Aviação Civil (2007). Em 2009,

ressaltou, foi publicada a Política Nacional de Aviação Civil.

O gerente de Programa da Superintendência de Aero-navegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Nelson Nagamine, explicou que a aviação experimental e amadora é usada na maioria das vezes para práticas esportivas e de lazer ou como experimentalismo e desenvolvimento de novas tecnologias. Ele destacou que esse setor contabiliza quatro vezes mais acidentes do que outras áreas da aviação.



João Francisco Amaro, Nelson Nagamine, Ricardo Rocha, Vicentinho Alves, Humberto Silveira, Gustavo Albrecht e Bruno Santos participam da audiência pública

## Pequeno avião paga taxas altas a aeroportos, diz entidade

O presidente da Associação Brasileira de Aviação Experimental (Abraex), Humberto Silveira, pediu a diminuição das taxas de pouso e decolagem para os pequenos aviadores.

Ele afirmou que muitos construtores de pequenas aeronaves usam recursos próprios para desenvolver tecnologias que podem vir a ser usadas em larga escala pela aviação comercial ou militar.

Também pediu simplificação e diminuição dos tributos de importação via Correios de peças usadas pelos pequenos construtores.

Silveira sugeriu que a Anac passe a trabalhar em conjunto com a Abraex para auxiliar na fiscalização do setor e propôs a criação do Fundo Nacional

para o Desenvolvimento da Aviação Leve no Brasil. Segundo o dirigente, esse fundo poderia ser usado para capacitar crianças e jovens de rua na construção de aeronaves amadoras e experimentais. Ele pediu a inclusão interdisciplinar de noções de aviação amadora e experimental no currículo escolar.

De acordo com a Abraex, a construção aeronáutica amadora já é uma realidade consolidada no Brasil. O país ocupa o terceiro lugar em número de aeronaves amadoras construídas ou em construção, sendo que à frente do Brasil encontram-se apenas os Estados Unidos e a França.

O presidente da Associação Brasileira de Ultraleves (Abul),

Gustavo Henrique Albrecht, tratou das especificidades que diferenciam as aeronaves experimentais das amadoras.

Falou também da chegada dos ultraleves ao Brasil, em 1980, e afirmou que a homologação de aeronaves nos órgãos competentes no Brasil é muito dispendiosa.

O sócio-diretor da Paradise Indústria Aeronáutica, Bruno de Oliveira Souza Santos, informou que a empresa produz sete modelos diferentes de aeronaves. Acrescentou que algumas dessas aeronaves já são produtos certificados não apenas no Brasil, mas também em outros países, como Estados Unidos e África do Sul. Ele pediu melhorias nas alterações das regras ainda em estudo

pela Anac para que empresas nacionais como a Paradise não sejam prejudicadas.

O presidente do Museu TAM Linhas Aéreas e da Associação Brasileira de Aeronaves Antigas e Clássicas (Abaac), João Francisco Amaro, também pediu mudanças na legislação para que os pequenos aviadores paguem taxas menores em sua atividade.

Vicentinho Alves informou que um relatório da subcomissão será apresentado em breve à presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Lúcia Vânia (PSDB-GO), com um resumo dos trabalhos já realizados e sugestões de mudanças na legislação da aviação civil e de ações para aperfeiçoar o setor.

## Nova lei proíbe empresa de pagar motorista de carga conforme distância

Daqui a 45 dias, os motoristas profissionais terão uma regulamentação própria de suas atividades. Entre as garantias previstas, está o descanso mínimo de 30 minutos a cada quatro horas de trabalho.

A regulamentação está na Lei 12.619/12, publicada no *Diário Oficial* da União de ontem.

As regras sancionadas valem para profissionais que atuam no transporte de passageiros e de cargas. A presidente Dilma Rousseff vetou outras áreas, como operadores de trator.

A lei estabelece intervalo mínimo de uma hora para refeição, repouso diário de 11 horas a cada 24 horas e

descanso semanal de 35 horas.

Ficam proibidas remunerações condicionadas à distância percorrida, ao tempo de viagem e à quantidade de produtos transportados. Os motoristas profissionais têm garantidas a isenção de responsabilidade por prejuízos patrimoniais causados por terceiros e a

proteção do Estado contra ações criminosas.

A elevação do limite de pontuação para a suspensão da habilitação foi vetada pela presidente. Enquanto a regra geral é de suspensão aos 20 pontos, o projeto estipulava 30 pontos para os motoristas profissionais — o que

contrariaria a “responsabilização igualitária” dos usuários de veículos, segundo Dilma.

Apresentado em 2009 pelo então deputado Tarcísio Zimmermann, o projeto (PLC 319/09) foi aprovado no Senado na forma de um substitutivo em que se buscou consenso entre empresas e trabalhadores.

## Rollemberg comemora retomada de aulas no DF

O fim da greve dos professores de escolas públicas do Distrito Federal, que durou mais de 50 dias, foi comemorado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). As aulas devem ser retomadas hoje.



Rollemberg: bancada federal mediu entendimento para o fim da greve

— Entendo que essa é uma decisão muito importante para que a cidade volte à sua normalidade, especialmente na área da educação, absolutamente fundamental e indispensável para o futuro do Distrito Federal — disse.

Rollemberg destacou a atuação da bancada federal do DF na negociação com os professores. Segundo o senador, os parlamentares foram procurados pelo sindicato da categoria para intermediar as negociações, já que o entendimento entre professores e governo distrital não ocorria.

A “comissão de negociação” também teve representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Universidade de Brasília (UnB).

— Isso demonstra o quanto

a bancada federal pode colaborar, mediar um entendimento — relatou.

Segundo o senador, o acordo inclui os compromissos do governo de reabrir as negociações com os professores em setembro; de pagar, a partir de junho, auxílio-saúde no valor de R\$ 200; e de incorporar uma gratificação no prazo máximo de 4 anos.

Os professores, por sua vez, terão de repor as aulas perdidas, informou Rollemberg.

## Eduardo Lopes alerta para nova epidemia de dengue

O Rio de Janeiro enfrenta a quinta epidemia de dengue dos últimos 20 anos, lamentou Eduardo Lopes (PRB-RJ). Há registros de mais de 50 mil casos da doença e 12 mortes confirmadas, disse. A Secretaria Municipal de Saúde, segundo o senador, “apenas minimiza o problema com comparações estatísticas” em relação às epidemias de 1987, 1992, 2002 e 2008.

— Não é por que o número de mortes até agora é menor que o de 2008 que devemos aceitar passivamente a situação. Essa é uma guerra — disse.

Em uma semana, 10 mil novos casos de dengue foram identificados e a previsão é de que o pico máximo seja no próximo mês. No entanto, segundo o senador, os hospitais já estão com a capacidade de atendimento comprometida.

## Davim pede ações para melhoria da saúde pública

“Milhares de pacientes se acotovelam nas portas dos hospitais públicos do país, em especial no Rio Grande do Norte, à espera da atuação do poder público, que continua sem encontrar soluções para resolver as mazelas do setor” disse Paulo Davim (PV-RN).

O senador manifestou solidariedade aos médicos, enfermeiros, farmacêuticos, técnicos e demais servidores dos hospitais públicos, segundo ele, “verdadeiros heróis” que recebem baixos salários e cumprem jornadas extenuantes em locais desabastecidos.

Para Davim, é preciso fortalecer o movimento encabeçado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e entidades médicas para apresentar, por meio de iniciativa popular, PEC que altera o financiamento da saúde pública no Brasil.



Eduardo teme que hospitais não consigam atender a demanda



Rio Grande do Norte atravessa uma situação grave na saúde, diz Davim

# CPI marca depoimento de Cachoeira para dia 15 e de Demóstenes para 31

Plano de trabalho aprovado ontem também prevê que sejam ouvidos este mês outros acusados de ligação com Cachoeira, além de delegados da PF e procuradores da República

A COMISSÃO PARLAMENTAR mista de inquérito (CPI) que investiga as atividades de Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, marcou o depoimento do contraventor para o dia 15. Ontem, a CPI aprovou seu plano de trabalho, apresentado pelo relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), que prevê para 31 de maio o depoimento do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), flagrado pelas investigações em quase 300 conversas telefônicas com Cachoeira.

Outros parlamentares citados nas investigações podem ser ouvidos no mesmo dia de Demóstenes. Mas o relator deixou aberta a possibilidade de alterar a data, mediante entendimento entre os integrantes da CPI. Para a próxima terça-feira foi marcado o depoimento do delegado da Polícia Federal Raul Alexandre Marques Sousa, responsável pela Operação Vegas. Dois dias depois haverá nova audiência pública, na qual serão ouvidos o delegado federal Matheus Mela Rodrigues e os procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, responsáveis pela Operação Monte Carlo.

Diversos acusados de integrarem a organização de Carlinhos Cachoeira deverão ser ouvidos nas audiências públicas dos dias 22 e 24 de maio. Entre eles, José Olímpio de Queiroga Neto; Gleyb Ferreira da Cruz; Giovanni Pereira da Silva (foragido); Wladimir Henrique Garcez; Lenine Araújo de Souza; Idalberto Matias de Araújo; e Jairo Martins. No dia 29, será a vez de Cláudio Abreu, ex-diretor da Construtora Delta, e outros empresários envolvidos.

Odair Cunha propôs que, em maio e junho, sejam realizadas duas audiências públicas por semana. E nos meses seguintes, um depoimento semanal. O relator acolheu sugestões de integrantes da CPI, após a discussão sobre o plano de trabalho. Ele aceitou, por exemplo, ampliar a investigação de agentes e servidores públicos para os três Poderes (inicialmente, o plano falava em “integrantes dos governos estaduais”).

O deputado não quis retirar o foco da investigação sobre a atuação da Construtora Delta na região Centro-Oeste, mas ressaltou que isso não significa fechar os olhos para denúncias contra a empresa em outras regiões do país. A Delta é considerada um braço de Cachoeira.

### Conflito de interesses

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) questionou sobre possível impedimento para a participação, na CPI, do deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP). O senador afirmou que o deputado tem ligação com um dos investigados, Idalberto Matias de Araújo, o que configuraria “conflito de interesses”.

O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse não ter como função escolher os membros do colegiado, atribuição dos partidos. Lembrou ainda que Cássio poderia apresentar recurso à Presidência do Congresso. Protógenes afirmou que sua presença na CPI é “legítima, legal e constitucional”.

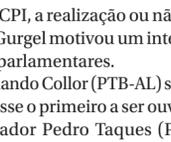
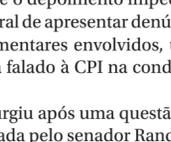


Vital do Rêgo, presidente da CPI, e Fernando Collor (foto acima), querem que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, fosse ouvido pela CPI. Pedro Taques (à dir., na segunda fileira) lembrou que depoimento poderia impedir Gurgel de apresentar eventuais denúncias contra parlamentares



### Primeiros passos

O plano de trabalho apresentado pelo relator da CPI do Cachoeira, Odair Cunha, foi aprovado pelo colegiado após longo debate sobre a ordem dos primeiros depoimentos e o alcance da investigação. Serão duas audiências semanais em maio e junho e uma nos meses seguintes

8/maio	▶ delegado da Polícia Federal (PF) Raul Alexandre Marques Sousa responsável pela Operação Vegas	
10/maio	▶ delegado da PF Matheus Mela Rodrigues ▶ procurador (do Ministério Público) Daniel de Resende Salgado ▶ procuradora (do Ministério Público) Léa Batista de Oliveira responsáveis pela Operação Monte Carlo	
15/maio	▶ Carlos Augusto de Almeida Ramos (Carlinhos Cachoeira)	
22/maio	▶ José Olímpio de Queiroga ▶ Gleyb Ferreira da Cruz ▶ Giovanni Pereira da Silva ▶ Wladimir Garcez ▶ Lenine de Sousa segundo o relator, “conhecidos integrantes da organização criminosa” de Cachoeira	
24/maio	▶ Idalberto Matias ▶ Jairo Martins considerados “espões” do esquema de Cachoeira	
29/maio	▶ Cláudio Abreu, ex-diretor da construtora Delta no Centro-Oeste envolvido no esquema de Cachoeira, segundo a Polícia Federal	
31/maio	▶ senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) flagrado em conversas telefônicas com Cachoeira e seus auxiliares	

Fotos: 1. Foto: Agência Senado; 2. Foto: Agência Senado; 3. Foto: Agência Senado; 4. Foto: Agência Senado; 5. Foto: Agência Senado; 6. Foto: Agência Senado; 7. Foto: Agência Senado; 8. Foto: Agência Senado; 9. Foto: Agência Senado; 10. Foto: Agência Senado; 11. Foto: Agência Senado; 12. Foto: Agência Senado; 13. Foto: Agência Senado; 14. Foto: Agência Senado; 15. Foto: Agência Senado; 16. Foto: Agência Senado; 17. Foto: Agência Senado; 18. Foto: Agência Senado; 19. Foto: Agência Senado; 20. Foto: Agência Senado; 21. Foto: Agência Senado; 22. Foto: Agência Senado; 23. Foto: Agência Senado; 24. Foto: Agência Senado; 25. Foto: Agência Senado; 26. Foto: Agência Senado; 27. Foto: Agência Senado; 28. Foto: Agência Senado; 29. Foto: Agência Senado; 30. Foto: Agência Senado; 31. Foto: Agência Senado; 32. Foto: Agência Senado; 33. Foto: Agência Senado; 34. Foto: Agência Senado; 35. Foto: Agência Senado; 36. Foto: Agência Senado; 37. Foto: Agência Senado; 38. Foto: Agência Senado; 39. Foto: Agência Senado; 40. Foto: Agência Senado; 41. Foto: Agência Senado; 42. Foto: Agência Senado; 43. Foto: Agência Senado; 44. Foto: Agência Senado; 45. Foto: Agência Senado; 46. Foto: Agência Senado; 47. Foto: Agência Senado; 48. Foto: Agência Senado; 49. Foto: Agência Senado; 50. Foto: Agência Senado; 51. Foto: Agência Senado; 52. Foto: Agência Senado; 53. Foto: Agência Senado; 54. Foto: Agência Senado; 55. Foto: Agência Senado; 56. Foto: Agência Senado; 57. Foto: Agência Senado; 58. Foto: Agência Senado; 59. Foto: Agência Senado; 60. Foto: Agência Senado; 61. Foto: Agência Senado; 62. Foto: Agência Senado; 63. Foto: Agência Senado; 64. Foto: Agência Senado; 65. Foto: Agência Senado; 66. Foto: Agência Senado; 67. Foto: Agência Senado; 68. Foto: Agência Senado; 69. Foto: Agência Senado; 70. Foto: Agência Senado; 71. Foto: Agência Senado; 72. Foto: Agência Senado; 73. Foto: Agência Senado; 74. Foto: Agência Senado; 75. Foto: Agência Senado; 76. Foto: Agência Senado; 77. Foto: Agência Senado; 78. Foto: Agência Senado; 79. Foto: Agência Senado; 80. Foto: Agência Senado; 81. Foto: Agência Senado; 82. Foto: Agência Senado; 83. Foto: Agência Senado; 84. Foto: Agência Senado; 85. Foto: Agência Senado; 86. Foto: Agência Senado; 87. Foto: Agência Senado; 88. Foto: Agência Senado; 89. Foto: Agência Senado; 90. Foto: Agência Senado; 91. Foto: Agência Senado; 92. Foto: Agência Senado; 93. Foto: Agência Senado; 94. Foto: Agência Senado; 95. Foto: Agência Senado; 96. Foto: Agência Senado; 97. Foto: Agência Senado; 98. Foto: Agência Senado; 99. Foto: Agência Senado; 100. Foto: Agência Senado; 101. Foto: Agência Senado; 102. Foto: Agência Senado; 103. Foto: Agência Senado; 104. Foto: Agência Senado; 105. Foto: Agência Senado; 106. Foto: Agência Senado; 107. Foto: Agência Senado; 108. Foto: Agência Senado; 109. Foto: Agência Senado; 110. Foto: Agência Senado; 111. Foto: Agência Senado; 112. Foto: Agência Senado; 113. Foto: Agência Senado; 114. Foto: Agência Senado; 115. Foto: Agência Senado; 116. Foto: Agência Senado; 117. Foto: Agência Senado; 118. Foto: Agência Senado; 119. Foto: Agência Senado; 120. Foto: Agência Senado; 121. Foto: Agência Senado; 122. Foto: Agência Senado; 123. Foto: Agência Senado; 124. Foto: Agência Senado; 125. Foto: Agência Senado; 126. Foto: Agência Senado; 127. Foto: Agência Senado; 128. Foto: Agência Senado; 129. Foto: Agência Senado; 130. Foto: Agência Senado; 131. Foto: Agência Senado; 132. Foto: Agência Senado; 133. Foto: Agência Senado; 134. Foto: Agência Senado; 135. Foto: Agência Senado; 136. Foto: Agência Senado; 137. Foto: Agência Senado; 138. Foto: Agência Senado; 139. Foto: Agência Senado; 140. Foto: Agência Senado; 141. Foto: Agência Senado; 142. Foto: Agência Senado; 143. Foto: Agência Senado; 144. Foto: Agência Senado; 145. Foto: Agência Senado; 146. Foto: Agência Senado; 147. Foto: Agência Senado; 148. Foto: Agência Senado; 149. Foto: Agência Senado; 150. Foto: Agência Senado; 151. Foto: Agência Senado; 152. Foto: Agência Senado; 153. Foto: Agência Senado; 154. Foto: Agência Senado; 155. Foto: Agência Senado; 156. Foto: Agência Senado; 157. Foto: Agência Senado; 158. Foto: Agência Senado; 159. Foto: Agência Senado; 160. Foto: Agência Senado; 161. Foto: Agência Senado; 162. Foto: Agência Senado; 163. Foto: Agência Senado; 164. Foto: Agência Senado; 165. Foto: Agência Senado; 166. Foto: Agência Senado; 167. Foto: Agência Senado; 168. Foto: Agência Senado; 169. Foto: Agência Senado; 170. Foto: Agência Senado; 171. Foto: Agência Senado; 172. Foto: Agência Senado; 173. Foto: Agência Senado; 174. Foto: Agência Senado; 175. Foto: Agência Senado; 176. Foto: Agência Senado; 177. Foto: Agência Senado; 178. Foto: Agência Senado; 179. Foto: Agência Senado; 180. Foto: Agência Senado; 181. Foto: Agência Senado; 182. Foto: Agência Senado; 183. Foto: Agência Senado; 184. Foto: Agência Senado; 185. Foto: Agência Senado; 186. Foto: Agência Senado; 187. Foto: Agência Senado; 188. Foto: Agência Senado; 189. Foto: Agência Senado; 190. Foto: Agência Senado; 191. Foto: Agência Senado; 192. Foto: Agência Senado; 193. Foto: Agência Senado; 194. Foto: Agência Senado; 195. Foto: Agência Senado; 196. Foto: Agência Senado; 197. Foto: Agência Senado; 198. Foto: Agência Senado; 199. Foto: Agência Senado; 200. Foto: Agência Senado; 201. Foto: Agência Senado; 202. Foto: Agência Senado; 203. Foto: Agência Senado; 204. Foto: Agência Senado; 205. Foto: Agência Senado; 206. Foto: Agência Senado; 207. Foto: Agência Senado; 208. Foto: Agência Senado; 209. Foto: Agência Senado; 210. Foto: Agência Senado; 211. Foto: Agência Senado; 212. Foto: Agência Senado; 213. Foto: Agência Senado; 214. Foto: Agência Senado; 215. Foto: Agência Senado; 216. Foto: Agência Senado; 217. Foto: Agência Senado; 218. Foto: Agência Senado; 219. Foto: Agência Senado; 220. Foto: Agência Senado; 221. Foto: Agência Senado; 222. Foto: Agência Senado; 223. Foto: Agência Senado; 224. Foto: Agência Senado; 225. Foto: Agência Senado; 226. Foto: Agência Senado; 227. Foto: Agência Senado; 228. Foto: Agência Senado; 229. Foto: Agência Senado; 230. Foto: Agência Senado; 231. Foto: Agência Senado; 232. Foto: Agência Senado; 233. Foto: Agência Senado; 234. Foto: Agência Senado; 235. Foto: Agência Senado; 236. Foto: Agência Senado; 237. Foto: Agência Senado; 238. Foto: Agência Senado; 239. Foto: Agência Senado; 240. Foto: Agência Senado; 241. Foto: Agência Senado; 242. Foto: Agência Senado; 243. Foto: Agência Senado; 244. Foto: Agência Senado; 245. Foto: Agência Senado; 246. Foto: Agência Senado; 247. Foto: Agência Senado; 248. Foto: Agência Senado; 249. Foto: Agência Senado; 250. Foto: Agência Senado; 251. Foto: Agência Senado; 252. Foto: Agência Senado; 253. Foto: Agência Senado; 254. Foto: Agência Senado; 255. Foto: Agência Senado; 256. Foto: Agência Senado; 257. Foto: Agência Senado; 258. Foto: Agência Senado; 259. Foto: Agência Senado; 260. Foto: Agência Senado; 261. Foto: Agência Senado; 262. Foto: Agência Senado; 263. Foto: Agência Senado; 264. Foto: Agência Senado; 265. Foto: Agência Senado; 266. Foto: Agência Senado; 267. Foto: Agência Senado; 268. Foto: Agência Senado; 269. Foto: Agência Senado; 270. Foto: Agência Senado; 271. Foto: Agência Senado; 272. Foto: Agência Senado; 273. Foto: Agência Senado; 274. Foto: Agência Senado; 275. Foto: Agência Senado; 276. Foto: Agência Senado; 277. Foto: Agência Senado; 278. Foto: Agência Senado; 279. Foto: Agência Senado; 280. Foto: Agência Senado; 281. Foto: Agência Senado; 282. Foto: Agência Senado; 283. Foto: Agência Senado; 284. Foto: Agência Senado; 285. Foto: Agência Senado; 286. Foto: Agência Senado; 287. Foto: Agência Senado; 288. Foto: Agência Senado; 289. Foto: Agência Senado; 290. Foto: Agência Senado; 291. Foto: Agência Senado; 292. Foto: Agência Senado; 293. Foto: Agência Senado; 294. Foto: Agência Senado; 295. Foto: Agência Senado; 296. Foto: Agência Senado; 297. Foto: Agência Senado; 298. Foto: Agência Senado; 299. Foto: Agência Senado; 300. Foto: Agência Senado; 301. Foto: Agência Senado; 302. Foto: Agência Senado; 303. Foto: Agência Senado; 304. Foto: Agência Senado; 305. Foto: Agência Senado; 306. Foto: Agência Senado; 307. Foto: Agência Senado; 308. Foto: Agência Senado; 309. Foto: Agência Senado; 310. Foto: Agência Senado; 311. Foto: Agência Senado; 312. Foto: Agência Senado; 313. Foto: Agência Senado; 314. Foto: Agência Senado; 315. Foto: Agência Senado; 316. Foto: Agência Senado; 317. Foto: Agência Senado; 318. Foto: Agência Senado; 319. Foto: Agência Senado; 320. Foto: Agência Senado; 321. Foto: Agência Senado; 322. Foto: Agência Senado; 323. Foto: Agência Senado; 324. Foto: Agência Senado; 325. Foto: Agência Senado; 326. Foto: Agência Senado; 327. Foto: Agência Senado; 328. Foto: Agência Senado; 329. Foto: Agência Senado; 330. Foto: Agência Senado; 331. Foto: Agência Senado; 332. Foto: Agência Senado; 333. Foto: Agência Senado; 334. Foto: Agência Senado; 335. Foto: Agência Senado; 336. Foto: Agência Senado; 337. Foto: Agência Senado; 338. Foto: Agência Senado; 339. Foto: Agência Senado; 340. Foto: Agência Senado; 341. Foto: Agência Senado; 342. Foto: Agência Senado; 343. Foto: Agência Senado; 344. Foto: Agência Senado; 345. Foto: Agência Senado; 346. Foto: Agência Senado; 347. Foto: Agência Senado; 348. Foto: Agência Senado; 349. Foto: Agência Senado; 350. Foto: Agência Senado; 351. Foto: Agência Senado; 352. Foto: Agência Senado; 353. Foto: Agência Senado; 354. Foto: Agência Senado; 355. Foto: Agência Senado; 356. Foto: Agência Senado; 357. Foto: Agência Senado; 358. Foto: Agência Senado; 359. Foto: Agência Senado; 360. Foto: Agência Senado; 361. Foto: Agência Senado; 362. Foto: Agência Senado; 363. Foto: Agência Senado; 364. Foto: Agência Senado; 365. Foto: Agência Senado; 366. Foto: Agência Senado; 367. Foto: Agência Senado; 368. Foto: Agência Senado; 369. Foto: Agência Senado; 370. Foto: Agência Senado; 371. Foto: Agência Senado; 372. Foto: Agência Senado; 373. Foto: Agência Senado; 374. Foto: Agência Senado; 375. Foto: Agência Senado; 376. Foto: Agência Senado; 377. Foto: Agência Senado; 378. Foto: Agência Senado; 379. Foto: Agência Senado; 380. Foto: Agência Senado; 381. Foto: Agência Senado; 382. Foto: Agência Senado; 383. Foto: Agência Senado; 384. Foto: Agência Senado; 385. Foto: Agência Senado; 386. Foto: Agência Senado; 387. Foto: Agência Senado; 388. Foto: Agência Senado; 389. Foto: Agência Senado; 390. Foto: Agência Senado; 391. Foto: Agência Senado; 392. Foto: Agência Senado; 393. Foto: Agência Senado; 394. Foto: Agência Senado; 395. Foto: Agência Senado; 396. Foto: Agência Senado; 397. Foto: Agência Senado; 398. Foto: Agência Senado; 399. Foto: Agência Senado; 400. Foto: Agência Senado; 401. Foto: Agência Senado; 402. Foto: Agência Senado; 403. Foto: Agência Senado; 404. Foto: Agência Senado; 405. Foto: Agência Senado; 406. Foto: Agência Senado; 407. Foto: Agência Senado; 408. Foto: Agência Senado; 409. Foto: Agência Senado; 410. Foto: Agência Senado; 411. Foto: Agência Senado; 412. Foto: Agência Senado; 413. Foto: Agência Senado; 414. Foto: Agência Senado; 415. Foto: Agência Senado; 416. Foto: Agência Senado; 417. Foto: Agência Senado; 418. Foto: Agência Senado; 419. Foto: Agência Senado; 420. Foto: Agência Senado; 421. Foto: Agência Senado; 422. Foto: Agência Senado; 423. Foto: Agência Senado; 424. Foto: Agência Senado; 425. Foto: Agência Senado; 426. Foto: Agência Senado; 427. Foto: Agência Senado; 428. Foto: Agência Senado; 429. Foto: Agência Senado; 430. Foto: Agência Senado; 431. Foto: Agência Senado; 432. Foto: Agência Senado; 433. Foto: Agência Senado; 434. Foto: Agência Senado; 435. Foto: Agência Senado; 436. Foto: Agência Senado; 437. Foto: Agência Senado; 438. Foto: Agência Senado; 439. Foto: Agência Senado; 440. Foto: Agência Senado; 441. Foto: Agência Senado; 442. Foto: Agência Senado; 443. Foto: Agência Senado; 444. Foto: Agência Senado; 445. Foto: Agência Senado; 446. Foto: Agência Senado; 447. Foto: Agência Senado; 448. Foto: Agência Senado; 449. Foto: Agência Senado; 450. Foto: Agência Senado; 451. Foto: Agência Senado; 452. Foto: Agência Senado; 453. Foto: Agência Senado; 454. Foto: Agência Senado; 455. Foto: Agência Senado; 456. Foto: Agência Senado; 457. Foto: Agência Senado; 458. Foto: Agência Senado; 459. Foto: Agência Senado; 460. Foto: Agência Senado; 461. Foto: Agência Senado; 462. Foto: Agência Senado; 463. Foto: Agência Senado; 464. Foto: Agência Senado; 465. Foto: Agência Senado; 466. Foto: Agência Senado; 467. Foto: Agência Senado; 468. Foto: Agência Senado; 469. Foto: Agência Senado; 470. Foto: Agência Senado; 471. Foto: Agência Senado; 472. Foto: Agência Senado; 473. Foto: Agência Senado; 474. Foto: Agência Senado; 475. Foto: Agência Senado; 476. Foto: Agência Senado; 477. Foto: Agência Senado; 478. Foto: Agência Senado; 479. Foto: Agência Senado; 480. Foto: Agência Senado; 481. Foto: Agência Senado; 482. Foto: Agência Senado; 483. Foto: Agência Senado; 484. Foto: Agência Senado; 485. Foto: Agência Senado; 486. Foto: Agência Senado; 487. Foto: Agência Senado; 488. Foto: Agência Senado; 489. Foto: Agência Senado; 490. Foto: Agência Senado; 491. Foto: Agência Senado; 492. Foto: Agência Senado; 493. Foto: Agência Senado; 494. Foto: Agência Senado; 495. Foto: Agência Senado; 496. Foto: Agência Senado; 497. Foto: Agência Senado; 498. Foto: Agência Senado; 499. Foto: Agência Senado; 500. Foto: Agência Senado; 501. Foto: Agência Senado; 502. Foto: Agência Senado; 503. Foto: Agência Senado; 504. Foto: Agência Senado; 505. Foto: Agência Senado; 506. Foto: Agência Senado; 507. Foto: Agência Senado; 508. Foto: Agência Senado; 509. Foto: Agência Senado; 510. Foto: Agência Senado; 511. Foto: Agência Senado; 512. Foto: Agência Senado; 513. Foto: Agência Senado; 514. Foto: Agência Senado; 515. Foto: Agência Senado; 516. Foto: Agência Senado; 517. Foto: Agência Senado; 518. Foto: Agência Senado; 519. Foto: Agência Senado; 520. Foto: Agência Senado; 521. Foto: Agência Senado; 522. Foto: Agência Senado; 523. Foto: Agência Senado; 524. Foto: Agência Senado; 525. Foto: Agência Senado; 526. Foto: Agência Senado; 527. Foto: Agência Senado; 528. Foto: Agência Senado; 529. Foto: Agência Senado; 530. Foto: Agência Senado; 531. Foto: Agência Senado; 532. Foto: Agência Senado; 533. Foto: Agência Senado; 534. Foto: Agência Senado; 535. Foto: Agência Senado; 536. Foto: Agência Senado; 537. Foto: Agência Senado; 538. Foto: Agência Senado; 539. Foto: Agência Senado; 540. Foto: Agência Senado; 541. Foto: Agência Senado; 542. Foto: Agência Senado; 543. Foto: Agência Senado; 544. Foto: Agência Senado; 545. Foto: Agência Senado; 546. Foto: Agência Senado; 547. Foto: Agência Senado; 548. Foto: Agência Senado; 549. Foto: Agência Senado; 550. Foto: Agência Senado; 551. Foto: Agência Senado; 552. Foto: Agência Senado; 553. Foto: Agência Senado; 554. Foto: Agência Senado; 555. Foto: Agência Senado; 556. Foto: Agência Senado; 557. Foto: Agência Senado; 558. Foto: Agência Senado; 559. Foto: Agência Senado; 560. Foto: Agência Senado; 561. Foto: Agência Senado; 562. Foto: Agência Senado; 563. Foto: Agência Senado; 564. Foto: Agência Senado; 565. Foto: Agência Senado; 566. Foto: Agência Senado; 567. Foto: Agência Senado; 568. Foto: Agência Senado; 569. Foto: Agência Senado; 570. Foto: Agência Senado; 571. Foto: Agência Senado; 572. Foto: Agência Senado; 573. Foto: Agência Senado; 574. Foto: Agência Senado; 575. Foto: Agência Senado; 576. Foto: Agência Senado; 577. Foto: Agência Senado; 578. Foto: Agência Senado; 579. Foto: Agência Senado; 580. Foto: Agência Senado; 581. Foto: Agência Senado; 582. Foto: Agência Senado; 583. Foto: Agência Senado; 584. Foto: Agência Senado; 585. Foto: Agência Senado; 586. Foto: Agência Senado; 587. Foto: Agência Senado; 588. Foto: Agência Senado; 589. Foto: Agência Senado; 590. Foto: Agência Senado; 591. Foto: Agência Senado; 592. Foto: Agência Senado; 593. Foto: Agência Senado; 594. Foto: Agência Senado; 595. Foto: Agência Senado; 596. Foto: Agência Senado; 597. Foto: Agência Senado; 598. Foto: Agência Senado; 599. Foto: Agência Senado; 600. Foto: Agência Senado; 601. Foto: Agência Senado; 602. Foto: Agência Senado; 603. Foto: Agência Senado; 604. Foto: Agência Senado; 605. Foto: Agência Senado; 606. Foto: Agência Senado; 607. Foto: Agência Senado; 608. Foto: Agência Senado; 609. Foto: Agência Senado; 610. Foto: Agência Senado; 611. Foto: Agência Senado; 612. Foto: Agência Senado; 613. Foto: Agência Senado; 614. Foto: Agência Senado; 615. Foto: Agência Senado; 616. Foto: Agência Senado; 617. Foto: Agência Senado; 618. Foto: Agência Senado; 619. Foto: Agência Senado; 620. Foto: Agência Senado; 621. Foto: Agência Senado; 622. Foto: Agência Senado; 623. Foto: Agência Senado; 624. Foto: Agência Senado; 625. Foto: Agência Senado; 626. Foto: Agência Senado; 627. Foto: Agência Senado; 628. Foto: Agência Senado; 629. Foto: Agência Senado; 630. Foto: Agência Senado; 631. Foto: Agência Senado; 632. Foto: Agência Senado; 633. Foto: Agência Senado; 634. Foto: Agência Senado; 635. Foto: Agência Senado; 636. Foto: Agência Senado; 637. Foto: Agência Senado; 638. Foto: Agência Senado; 639. Foto: Agência Senado; 640. Foto: Agência Senado; 641. Foto: Agência Senado; 642. Foto: Agência Senado; 643. Foto: Agência Senado; 644. Foto: Agência Senado; 645. Foto: Agência Senado; 646. Foto: Agência Senado; 647. Foto: Agência Senado; 648. Foto: Agência Senado; 649. Foto: Agência Senado; 650. Foto: Agência Senado; 651. Foto: Agência Senado; 652. Foto: Agência Senado; 653. Foto: Agência Senado; 654. Foto: Agência Senado; 655. Foto: Agência Senado; 656. Foto: Agência Senado; 657. Foto: Agência Senado; 658. Foto: Agência Senado; 659. Foto: Agência Senado; 660. Foto: Agência Senado; 661. Foto: Agência Senado; 662. Foto: Agência Senado; 663. Foto: Agência Senado; 664. Foto: Agência Senado; 665. Foto: Agência Senado; 666. Foto: Agência Senado; 667. Foto: Agência Senado; 668. Foto: Agência Senado; 669. Foto: Agência Senado; 670. Foto: Agência Senado; 671. Foto: Agência Senado; 672. Foto: Agência Senado; 673. Foto: Agência Senado; 674. Foto: Agência Senado; 675. Foto: Agência Senado; 676. Foto: Agência Senado; 677. Foto: Agência Senado; 678. Foto: Agência Senado; 679. Foto: Agência Senado; 680. Foto: Agência Senado; 681. Foto: Agência Senado; 682. Foto: Agência Senado; 683. Foto: Agência Senado; 684. Foto: Agência Senado; 685. Foto: Agência Senado; 686. Foto: Agência Senado; 687. Foto: Agência Senado; 688. Foto: Agência Senado; 689. Foto: Agência Senado; 690. Foto: Agência Senado; 691. Foto: Agência Senado; 692. Foto: Agência Senado; 693. Foto: Agência Senado; 694. Foto: Agência Senado; 695. Foto: Agência Senado; 696. Foto: Agência Senado; 697. Foto: Agência Senado; 698. Foto: Agência Senado; 699. Foto: Agência Senado; 700. Foto: Agência Senado; 701. Foto: Agência Senado; 702. Foto: Agência Senado; 703. Foto: Agência Senado; 704. Foto: Agência Senado; 705. Foto: Agência Senado; 706. Foto: Agência Senado; 707. Foto: Agência Senado; 708. Foto: Agência Senado; 709. Foto: Agência Senado; 710. Foto: Agência Senado; 711. Foto: Agência Senado; 712. Foto: Agência Senado; 713. Foto: Agência Senado; 714. Foto: Agência Senado; 715. Foto: Agência Senado; 716. Foto: Agência Senado; 717. Foto: Agência Senado; 718. Foto: Agência Senado; 719. Foto: Agência Senado; 720. Foto: Agência Senado; 721. Foto: Agência Senado; 722. Foto: Agência Senado; 723. Foto: Agência Senado; 724. Foto: Agência Senado; 725. Foto: Agência Senado; 726. Foto: Agência Senado; 727. Foto: Agência Senado; 728. Foto: Agência Senado; 729. Foto: Agência Senado; 730. Foto: Agência Senado; 731. Foto: Agência Senado; 732. Foto: Agência Senado; 733. Foto: Agência Senado; 734. Foto: Agência Senado; 735. Foto: Agência Senado; 736. Foto: Agência Senado; 737. Foto: Agência Senado; 738. Foto: Agência Senado; 739. Foto: Agência Senado; 740. Foto: Agência Senado; 741. Foto: Agência Senado; 742. Foto: Agência Senado; 743. Foto: Agência Senado; 744. Foto: Agência Senado; 745. Foto: Agência Senado; 746. Foto: Agência Senado; 747. Foto: Agência Senado; 748. Foto: Agência Senado; 749. Foto: Agência Senado; 750. Foto: Agência Senado; 751. Foto: Agência Senado; 752. Foto: Agência Senado; 753. Foto: Agência Senado; 754. Foto: Agência Senado; 755. Foto: Agência Senado; 756. Foto: Agência Senado; 757. Foto: Agência Senado; 758. Foto: Agência Senado; 759. Foto: Agência Senado; 760. Foto: Agência Senado; 761. Foto: Agência Senado; 762. Foto: Agência Senado; 763. Foto: Agência Senado; 764. Foto: Agência Senado; 765. Foto: Agência Senado; 766. Foto: Agência Senado; 767. Foto: Agência Senado; 768. Foto: Agência Senado; 769. Foto: Agência Senado; 770. Foto: Agência Senado; 771. Foto: Agência Senado; 772. Foto: Agência Senado; 773. Foto: Agência Senado; 774. Foto: Agência Senado; 775. Foto: Agência Senado; 776. Foto: Agência Senado; 777. Foto: Agência Senado; 778. Foto: Agência Senado; 779. Foto: Agência Senado; 780. Foto: Agência Senado; 781. Foto: Agência Senado; 782. Foto: Agência Senado; 783. Foto: Agência Senado; 784. Foto: Agência Senado; 785. Foto: Agência Senado; 786. Foto: Agência Senado; 787. Foto: Agência Senado; 788. Foto: Agência Senado; 789. Foto: Agência Senado; 790. Foto: Agência Senado; 791. Foto: Agência Senado; 792. Foto: Agência Senado; 793. Foto: Agência Senado; 794. Foto: Agência Senado; 795. Foto: Agência Senado; 796. Foto: Agência Senado; 797. Foto: Agência Senado; 798. Foto: Agência Senado; 799. Foto: Agência Senado; 800. Foto: Agência Senado; 801. Foto: Agência Senado; 802. Foto: Agência Senado; 803. Foto: Agência Senado; 804. Foto: Agência Senado; 805. Foto: Agência Senado; 806. Foto: Agência Senado; 807. Foto: Agência Senado; 808. Foto: Agência Senado; 809. Foto: Agência Senado; 810. Foto: Agência Senado; 811. Foto: Agência Senado; 812. Foto: Agência Senado; 813. Foto: Agência Senado; 814. Foto: Agência Senado; 815. Foto: Agência Senado; 816. Foto: Agência Senado; 817. Foto: Agência Senado; 818. Foto: Agência Senado; 819. Foto: Agência Senado; 820. Foto: Agência Senado; 821. Foto: Agência Senado; 822. Foto: Agência Senado; 823. Foto: Agência Senado; 824. Foto: Agência Senado; 825. Foto: Agência Senado; 826. Foto: Agência Senado; 827. Foto: Agência Senado; 828. Foto: Agência Senado; 829. Foto: Agência Senado; 830. Foto: Agência Senado; 831. Foto: Agência Senado; 832. Foto: Agência Senado; 833. Foto: Agência Senado; 834. Foto: Agência Senado; 835. Foto: Agência Senado; 836. Foto: Agência Senado; 837. Foto: Agência Senado; 838. Foto: Agência Senado; 839. Foto: Agência Senado; 840. Foto: Agência Senado; 841. Foto: Agência Senado; 842. Foto: Agência Senado; 843. Foto: Agência Senado; 844. Foto: Agência Senado; 845. Foto: Agência Senado; 846. Foto: Agência Senado; 847. Foto: Agência Senado; 848. Foto: Agência Senado; 849. Foto: Agência Senado; 850. Foto: Agência Senado; 851. Foto: Agência Senado; 852. Foto: Agência Senado; 853. Foto: Agência Senado; 854. Foto: Agência Senado; 855. Foto: Agência Senado; 856. Foto: Agência Senado; 857. Foto: Agência Senado; 858. Foto: Agência Senado; 859. Foto: Agência Senado; 860. Foto: Agência Senado; 861. Foto: Agência Senado; 862. Foto: Agência Senado; 863. Foto: Agência Senado; 864. Foto: Agência Senado; 865. Foto: Agência Senado; 866. Foto: Agência Senado; 867. Foto: Agência Senado; 868. Foto: Agência Senado; 86

Piso salarial subirá dos atuais R\$ 622 para R\$ 668,75 em janeiro. Senador por Sergipe ressaltou que, embora ainda insuficiente, valor atual já supera US\$ 300

## Mínimo deve ter reajuste de 7% em 2013, diz Valadares

O RELATOR DO projeto que define as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 (LDO), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), confirmou ontem em entrevista à Rádio Senado que o salário mínimo deve ter um reajuste de 7% em 2013. O valor deve subir dos atuais R\$ 622 para R\$ 668,75, a partir de janeiro.

Valadares avalia que esse é o número mais importante da LDO. Ele lembrou que, no período em que governou Sergipe, entre 1987 e 1990, a luta era para que o salário mínimo chegasse a US\$ 100. Hoje, o valor já ultrapassa US\$ 300.

— É uma alegria muito grande, foi uma luta tremenda, porque o que se pensava na época é que a gente poderia chegar a US\$ 100. Hoje chegamos ao topo daquilo que ansiávamos. Mas ainda não é o suficiente para resolver todos os problemas do trabalhador, daquele que só sobrevive com o salário mínimo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias serve de parâmetro para a elaboração do Orçamento da União. O texto foi enviado ao Congresso Nacional pelo Ministério do Planejamento em 13 de abril.

Na proposta encaminhada pelo Poder Executivo (PLN 3/12), considera-se um crescimento da economia de 5,5% no ano que vem.

Para a inflação, a estimativa da



Senador lembra que, quando governou Sergipe, de 1987 a 1990, meta era piso de US\$ 100

equipe econômica é de 4,5% ao ano, de 2013 a 2015. A proposta também prevê que o governo irá economizar R\$ 156 bilhões em 2013 para pagar os juros da dívida.

Pela Constituição federal, o projeto da LDO deve ser votado até julho, antes do recesso parlamentar. O cronograma de trabalho da Comissão Mista de Orçamento (CMO) prevê que o relatório preliminar sobre a proposição seja apresentado até 8 de maio. A votação final está marcada inicialmente para 1º de julho.

## Perrella parabeniza Dilma por nomeação de Brizola Neto

Zeze Perrella (PDT-MG) parabenizou ontem a presidente Dilma Rousseff pela nomeação do deputado Brizola Neto (PDT-RJ) para o Ministério do Trabalho e Emprego.

— A trajetória pública e pessoal de Brizola Neto confunde-se com o trabalhismo no Brasil e sua escolha é mais uma demonstração que



a presidente Dilma dá ao Brasil de sua sensibilidade política e da relevância que empresta ao papel do trabalhador na vida nacional.

Ele rebateu ainda análises da imprensa sobre a falta de unanimidade de Brizola

Neto no PDT. Perrella disse que o ministro tem o apoio da bancada no Senado.

## Em resposta a protesto de cidadão, Suplicy afirma que realiza trabalho sério no Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez uma defesa do seu trabalho no Senado. Ele respondeu a um cidadão que o abordou em São Paulo para protestar contra os políticos, indignado com os impostos altos e com a corrupção.

— Tenho a convicção de aqui estar realizando o trabalho mais sério possível. Quero transmitir isso à pessoa que não quis comigo dialogar, mas que representa o sentimento de indignação de muitas pessoas do Brasil — disse.

Segundo afirmou, a imprensa vem transmitindo nos últimos dias fatos que realmente levam a um sentimento de protesto muito forte contra os que estão na vida pública.

Ele se referiu especialmente aos escândalos relacionados às conexões do contraventor Carlinhos Cachoeira, preso pela Polícia Federal.

Suplicy citou ainda os recordes de impostos recolhidos até agora.

Diante de tantas más notícias, o senador disse entender a revolta do cidadão. Mais uma vez, Suplicy dirigiu-se a ele — que não quis se identificar — para defender seu trabalho no Senado, no qual busca sempre a maior transparência possível.

O senador mencionou propostas suas



Suplicy: população está revoltada por causa de acusações de corrupção publicadas nos jornais

que preveem a divulgação de todos os valores recebidos por servidores públicos e parlamentares, de todas as ações referentes a licitações e contratações e, em tempo real, de todas as contribuições para as campanhas políticas. Ele mencionou ainda o projeto para cortar o 14º e o 15º salário dos parlamentares.

— No Senado precisamos estar à altura desse anseio dos cidadãos — disse.

## Anibal destaca ações dos governos federal e do Acre para priorizar criação de peixes

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou a aquisição, pelo governo federal, de cinco escavadeiras hidráulicas para a construção de açudes e tanques de peixes no Acre.

Segundo ele, o governador do Acre, Tião Viana, já informou que o governo estadual deverá destinar escavadeiras para as regiões do Baixo Acre, Alto Acre, Purus, Tarauacá-Envira e Juruá.

O objetivo, explicou, é construir 4 mil tanques e açudes até 2014, como parte do projeto de piscicultura do Acre.

— A piscicultura é a aposta do governo do estado, que promete alta lucratividade, sustentabilidade ambiental e um grande mercado consumidor. O programa conta ainda com o apoio do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil, que oferecem linha específica e em condições de pagamento razoáveis para essa atividade — disse.

Anibal Diniz falou ainda sobre a inauguração pelo governador Tião Viana, na semana passada, da Indústria de Embutidos de Peixe do Bujari, município localizado a 15 quilômetros de Rio Branco.



Anibal Diniz: União adquiriu escavadeiras para abrir açudes e tanques de peixes no Acre

Segundo ele, o principal produto que sairá da fábrica é a carne de peixe mecanicamente separada, ou “picadinho de peixe”, matéria-prima para a produção de vários pratos da culinária tradicional, como hambúrguer, esfirra, pastel, empadinha, quibes variados, lasanha, panqueca e risoto.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência no Senado, procurador de Minas Gerais critica solução encontrada pela Câmara dos Deputados de delegar aos estados a decisão sobre liberação de bebidas

# Álcool nos estádios da Copa volta à polêmica

A PALAVRA FINAL sobre a liberação ou não da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo deveria ser do Congresso Nacional, disse ontem o presidente da Comissão Permanente de Adoção de Medidas de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios de Futebol, procurador de Justiça de Minas Gerais José Antônio Baêta de Melo Cançado. Em audiência promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), ele criticou a solução encontrada pela Câmara, de delegar a decisão aos estados onde haverá jogos.

— Acho muito ruim transferir as responsabilidades para cada estado. Em Minas Gerais, já tem gente querendo liberar a venda de cachaça nos estádios. Liberar para os estados a decisão é um retrocesso — afirmou Cançado, em resposta a uma pergunta feita por Ana Amélia (PP-RS), relatora do projeto de lei da Câmara (PLC 10/12) que institui a chamada Lei Geral da Copa, tema da audiência pública.

## Violência

Na abertura da reunião, que foi presidida por Cyro Miranda (PSDB-GO), o procurador relatou os esforços que vêm sendo realizados no Brasil para conter a violência nos estádios de futebol. Ele recordou que, em 2005, quando a violência “estava saindo do limite”, as famílias praticamente deixaram de ir aos estádios. Em 2007, prosseguiu, por iniciativa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e do Conselho Nacional de Procuradores de Justiça, começou uma experiência-piloto no Mineirão, em Belo Horizonte, de proibição de venda de bebidas alcoólicas.

A partir de então, observou o procurador, verificou-se uma “redução drástica” da violência no estádio. As famílias voltaram, a polícia militar



Violência nos estádios diminuiu com a proibição de venda de bebida alcoólica, segundo procurador

passou a escalar mais policiais femininas para trabalhar nos dias de jogos, e até mesmo as ocorrências médicas diminuíram. Como resultado da experiência, disse Cançado, em 2008 a CBF decidiu proibir a venda de bebidas em jogos. E, em 2010, o Congresso Nacional modificou o Estatuto do Torcedor, inserindo a restrição à venda de bebida alcoólica.

— A partir de então, os jovens sabem que estádio não é local de consumir bebida alcoólica. Por isso causa surpresa a notícia de que possivelmente a Fifa estaria exigindo a liberação da venda de bebida alcoólica em função de um patrocinador — disse Cançado.

Entre as garantias oferecidas pelo governo brasileiro à Fifa, como recordou o procurador, está a de não estabelecer restrição à venda de produtos dos parceiros da entidade nos estádios, inclusive alimentos e bebidas. Mas em 2007, quando foram determinadas as garantias, ressaltou, não havia preocupação com bebidas alcoólicas, uma vez que a própria Fifa proibia o consumo de álcool nos seus eventos.



Ao lado de Cyro Miranda e Rubem Alexandre, procurador Cançado (E) lembra que em 2008 a CBF proibiu bebidas em estádios

## Estados terão 12 centros de inteligência

Na mesma audiência, o general Rubem Peixoto Alexandre, representante do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, detalhou preparativos do órgão para a Copa, inclusive a organização de um centro nacional de inteligência, que funcionará em Brasília, e de centros regionais em cada um dos 12 estados onde serão realizados os jogos da competição.

Ele informou que a coordenação

da segurança durante a Copa cabe ao Ministério da Justiça e que os órgãos de inteligência serão uma espécie de “anexo do plano de segurança da Copa”.

Ana Amélia criticou a falta de clareza das regras referentes à venda de bebidas nos estádios. Ela mencionou modificação feita no projeto pela Câmara dos Deputados, que transferiu para os estados a responsabilidade sobre o assunto.

— Temos a habilidade, no Brasil, de fazer coisas confusas ou pouco claras — afirmou a senadora.

Durante o debate, Wellington Dias (PT-PI) ressaltou que, a partir de 2010, a bebida alcoólica passou a ser tratada como droga pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Por sua vez, Cyro Miranda lamentou que “interesses comerciais” possam vir a estar acima da segurança nos estádios.

## Cristovam alerta para possível prostituição de menores

Em discurso, Cristovam Buarque (PDT-DF) se disse preocupado com outro problema ligado à Copa do Mundo no Brasil: o aumento da prostituição de menores durante a realização do evento. Para ele, o problema se soma à liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Cristovam lamentou a inexistência de qualquer mobilização ou debate, nem entre o governo e as autoridades responsáveis pelo evento, nem na Fifa, para reprimir, com

rigor, um possível aumento da prostituição de menores durante os jogos da Copa. Sua preocupação, afirmou, elevou-se depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) absolveu um homem acusado de estuprar três menores de 12 anos. Sob alegação de que as meninas se prostituíam, os juízes viram consentimento nas relações sexuais.

— Nós não podemos permitir que com uma coisa tão boa, como ter a Copa no Brasil, a gente possa ter a vergonha de

transformar o país em um centro de atração de turista pelos jogos e de turistas sexuais por causa das nossas menores — disse o senador.

Ao registrar a realização de audiência pública onde os dois temas foram discutidos, Cristovam posicionou-se contra a liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas durante a realização dos jogos da Copa. Em sua opinião, a liberação — contrariando lei já em vigor no país — pode perturbar o próprio funcionamento das

partidas e vai ferir a soberania do Brasil.

— O fato de mudarmos as regras porque a Fifa nos impõe essa mudança é uma vergonha, uma desmoralização e uma perda de soberania nacional. E, se alguém disser que o Brasil está escolhendo livremente, então por que não liberar depois da Copa do Mundo? Quem errou quando se proibiu o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol há alguns anos? — questionou o parlamentar.



Para Cristovam, a Copa não pode fazer do Brasil um centro de turismo sexual

Ministério do Meio Ambiente pediu que a Comissão de Assuntos Sociais retirasse da pauta projeto que torna crime hediondo a venda ilegal de agrotóxico. Governo ainda não tem posição sobre a matéria

## Governo consegue adiar projeto sobre agrotóxico

A FALTA DE uma posição do governo sobre o projeto de lei que criminaliza a venda ilegal de agrotóxicos e torna a conduta crime hediondo provocou sua retirada da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reuniu ontem. A solicitação foi feita pela relatora da matéria, Ana Amélia (PP-RS), atendendo a um pedido do Executivo.

A assessoria da liderança do governo no Senado explicou que o Ministério do Meio Ambiente solicitou o adiamento da votação porque o tema está em análise no órgão e ainda não há um posicionamento sobre a proposta (PLS 438/11).

O projeto, de Humberto Costa (PT-PE), prevê pena de reclusão de 3 a 6 anos e multa para os infratores. A proposta inclui um artigo na lei que trata dos procedimentos relacionados a agrotóxicos (Lei 7.802/89) para caracterizar criminoso o ato de produzir, exportar, importar, vender, ex-



Na foto com Cyro, Moka e Jayme, Ana Amélia é a relatora do projeto na CAS

por à venda ou ter em depósito agrotóxico sem prévio registro junto aos órgãos competentes.

A proposta também criminaliza a falta de rótulos e bulas com nome e número de registro do produto, princípio ativo dos ingredientes, endereço do fabricante e importador, instruções de utilização e datas de fabricação e validade.

Além disso, também ficará sujeito à pena de 3 a 6 anos e multa quem falsificar, misturar,

diluir ou alterar a composição original, sem autorização dos órgãos competentes para obter vantagem econômica ou o comerciante que oferecer agrotóxico para uso diverso do previsto.

Para incluir a conduta no rol de crimes hediondos, a proposta também altera a lei que trata desse tipo de crime (Lei 8.072/90). Uma vez votado na CAS, o projeto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

## Relação trabalhista em exame semana que vem

Foi adiada a votação de três projetos de lei sobre relações trabalhistas que estavam na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Um deles, que visa estender ao empregado doméstico o pagamento de seguro-desemprego, mesmo que não esteja inscrito no FGTS, foi amplamente discutido, mas não teve quórum. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 678/11 é

de autoria de Ana Rita (PT-ES).

Outra votação adiada é a do PLS 522/07, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que permite ao empregado responsável por pessoa com deficiência ou doença crônica se ausentar do trabalho por até sete dias anuais para acompanhá-la em compromissos importantes.

Também foi adiado o projeto (PLS 637/11) que prevê demissão por justa causa do

empregado que faltar 20 dias consecutivos sem justificativa. A proposta de Valdir Raupp (PMDB-RO) disciplina o chamado abandono de emprego na Consolidação das Leis do Trabalho. Segundo o senador, a legislação trabalhista não define prazo de ausência injustificada para caracterização do abandono de emprego, cabendo tal tarefa à jurisprudência trabalhista.

## CCJ suspende votação de temas polêmicos

O baixo quórum para votação de temas polêmicos, como a repartição do ICMS no comércio eletrônico, mudanças na Lei do Inquilinato (Lei 8.245/91) e a criação de turmas recursais na Justiça Federal, motivou o cancelamento da reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), confirmou, no entanto, a realização de audiência pública na terça-feira sobre a PEC da Música (PEC 123/11), que isenta de impostos CDs e DVDs, com o objetivo de reduzir o preço ao consumidor e, assim, inibir a pirataria. Outro debate, com tema ainda por definir, deve ser realizado na quinta.



Eunício com Sérgio Souza e Ricardo Ferrazo: baixo quórum provocou adiamento

É possível que a CCJ promova audiência sobre a repartição do ICMS no comércio eletrônico entre estados. A comissão deve votar, na quarta-feira, requerimento apresentado em conjunto pelos senadores de São Paulo.

A CCJ também já aprovou debates sobre a exploração de cassinos em hotéis da região amazônica e do Pantanal; mudanças no Código Comercial; e compra de terras brasileiras por estrangeiros, todos ainda sem datas marcadas.

## Jorge Viana defende veto ao novo Código Florestal

Jorge Viana (PT-AC) defendeu ontem que a presidente Dilma Rousseff vete o projeto do novo Código Florestal, por considerá-lo "péssimo para o meio ambiente e ruim também para os produtores rurais". Ele disse confiar que Dilma saberá encontrar o caminho para que não haja retrocesso na legislação ambiental.

Viana manifestou expectativa de que a presidente se inspire no texto aprovado pelo Senado para apresentar uma proposta que garanta segurança jurídica aos produtores e dê ao meio ambiente a proteção que a sociedade quer. O senador citou, entre os tópicos positivos do texto aprovado pelo Senado, critérios para proteger nascentes, restrições para novos desmatamentos, estabelecimento de áreas urbanas com critérios para faixas de passagem das



Senador sugere que Dilma se inspire no texto aprovado pelo Senado

águas nas cheias, percentuais de reserva legal para os biomas e obrigação de zoneamento ecológico-econômico pelos estados.

A proposta formalizava o Sistema Nacional de Controle, Transporte e Armazenamento de Madeira, e o país controlaria as queimadas para reduzir os incêndios florestais, além de criar programa de apoio financeiro à recuperação das florestas e aumentar o poder dos órgãos de controle ambiental.



Senadora crítica o texto final do projeto aprovado pela Câmara



Vanessa lembra que o cenário está próximo ao da cheia histórica de 2009

## Ângela Portela torce pelo veto presidencial

Ângela Portela (PT-RR) disse ontem que torce para que a presidente Dilma Rousseff vete os artigos do Código Florestal em desacordo com o texto aprovado em dezembro pelo Senado. De autoria do deputado federal Paulo Piau (PMDB-MG), a versão final, aprovada pela Câmara, modifica em mais de 20 pontos o texto proposto pelo Senado.

Ângela elogiou o trabalho de Jorge Viana (PT-AC), um dos relatores no Senado, e criticou o fato de o texto da Câmara não obrigar produtores rurais que desmataram áreas de preservação permanente (APPs) até 22 de julho de 2008 a recompor a vegetação nativa.

Apesar das críticas, Ângela comemorou o fato de a Câmara ter mantido o conteúdo de emenda apresentada por ela que reduziu de 80% para 50% o percentual de reserva legal nos estados da Amazônia que já tenham 65% de seus territórios em unidades de conservação e terras indígenas. É o caso de Roraima, estado da senadora.

## Vanessa descreve estragos da cheia no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) alertou para as dificuldades enfrentadas pela população do Amazonas em consequência da cheia dos rios. Ela explicou que o cenário atual está próximo ao de 2009, quando os rios atingiram o seu limite histórico.

A senadora disse que as ruas de Manaus estão alagadas e que moradores e comerciantes têm que elevar o nível do piso de suas residências e estabelecimentos para proteger bens pessoais e mercadorias. As vítimas também precisam construir pontes para conseguir trafegar nas cidades alagadas. Vanessa acrescentou que a população fica vulnerável a doenças como malária e dengue e disse haver necessidade de distribuição de medicamentos, o que tem sido feito pelo governo do estado e pelo governo federal.

Vanessa lembrou que as safras dos produtores rurais foram completamente prejudicadas e que a enchente já compromete o tráfego da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Além disso, várias comunidades estão isoladas.